

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert / PR



Desolação total na cidade de Arroio do Meio

## Gaúchos estão insatisfeitos em todas as esferas

Nem o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB). Nem o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). Nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O gaúcho não está satisfeito com a atuação das autoridades em nenhuma das suas esferas com relação ao que estão fazendo para solucionar a tragédia das enchentes e reconstruir o estado. É o

que revela uma pesquisa do Instituto Methodus. A pesquisa foi realizada em Porto Alegre entre os dias 15 e 24 de maio. Foram ouvidas 400 pessoas. De um modo geral, a pesquisa aponta para o cenário de desolação e pessimismo do povo da capital gaúcha com a situação. E, nesse sentido, esse clima sobra para todas as autoridades. Ninguém foi poupado pelos números.

## Insatisfeito

Os índices de insatisfação dos entrevistados variam muito pouco quanto à avaliação dos governos municipal, estadual e federal. No caso do governo municipal, 80% se declaram insatisfeitos ou pouco satisfeitos. Estadual, o mesmo índice. Federal, um pouco menos: 74%.

## Confiança

No mesmo patamar, o gaúcho de Porto Alegre demonstra pouca confiança nas autoridades. Não confiam na prefeitura, 80%, e no prefeito especificamente, 74%. No governo, também 80%. No governador, 72%. No governo federal, 77%. No presidente, 72%.

Ricardo Stuckert / PR



Lula no Sul: altos índices de desconfiança

## Lula aposta na reconstrução como trunfo para 2026

Como contamos aqui no Correio Político na semana passada, Lula aposta muito em ter como trunfo da sua administração a reconstrução do Rio Grande do Sul. Primeiro, pela demonstração de sensibilidade. Segundo, pela possibilidade de contrapor em 2026 imagens de um estado destruído com outras de um Sul re-

cuperado. Mas a pesquisa demonstra o imenso risco da empreitada. Os percentuais negativos de Lula e do governo federal são somente um pouco inferiores aos da prefeitura e do governo estadual. Como a margem de erro foi de 5%, não se pode de fato nem mesmo afirmar com segurança que são melhores.

## Afeta muito

Há um dado, porém, importante. A pesquisa perguntou se a atuação dessas autoridades afetará na decisão do eleitor nas eleições municipais de outubro. E a resposta não deixa dúvida. Nada menos que 73% afirmaram que a atuação "afetará muito" na decisão.

## Não foi natural

Somente 20% dos entrevistados atribui o que aconteceu a "fenômenos climáticos" ou "à natureza". Ou seja, o dedo é apontado outra vez para as autoridades. Para 35% foi "falta de manutenção e infraestrutura". Para 25%, "falta de prevenção e planejamento".

## Públicos

E o que aconteceu faz com que a grande maioria reaja a qualquer possibilidade de privatização dos serviços de drenagem e saneamento. Para 61% dos entrevistados, tais serviços devem continuar públicos. Se dizem dispostos a pagar mais para custear tais serviços 54%.

## Pessimismo

De um modo geral, o quadro é de muito pessimismo. Embora 44% afirmem não ter sido diretamente afetado, na sua rotina, as enchentes afetaram muito para 60%. A maioria se declara preocupada (50%). Se somam 4% que disseram estar "completamente sem esperança".

## Orçamento, Mover e IA. A semana no Congresso

Senado e Câmara podem criar novos problemas para o governo

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

O Congresso Nacional começa a semana com a agenda cheia. Na quarta-feira (12), por exemplo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, deve comparar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Essa reunião marca o começo das discussões em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Apesar de ser um assunto que ocupa a agenda dos parlamentares duas vezes por ano, uma no meio e uma no final do ano, o Orçamento em si pode não ser o tema principal da reunião. A base governista que participa da comissão está preocupada com um movimento da oposição para colocar a ministra em um ambiente não favorável. É possível que eles perguntem sobre responsabilidade fiscal e cumprimento de metas e outros temas econômicos que possam incomodar o governo. Como todos os olhos estão na economia, atrasar uma negociação do Orçamento será um problema para o governo.

Esse problema afetaria o governo principalmente neste ano com o desastre que assola o Rio Grande do Sul, já que o governo não tem e não pode medir gastos para a região afetada pelas fortes chuvas e enchentes. Por outro lado, há limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal que precisam ser observados.

## Câmara de Lira

Já na Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Arthur Lira



Simone Tebet estará esta semana na Comissão de Orçamento

(PP-AL), quer votar ainda nesta semana o Projeto de Lei (PL) do Mover, o Programa de Mobilidade Verde e Inovação. A principal polêmica que havia sobre o texto, em torno do "jabuti" incluso no texto que taxa as compras internacionais de sites como Shein e Shopee, já foi resolvida, com a manutenção na semana passada no Senado.

O que resta para nova votação na Câmara são trechos que foram modificados pelos senadores. O relatório do deputado federal Átila Lira (PP-PI), aprovado na Câmara em 28 de maio, promovia incentivos para a produção de bicicletas fora da Zona Franca de Manaus e mudanças no conteúdo local para o setor de óleo e gás;

O deputado Átila Lira (PP-

PI), relator do projeto na Câmara, afirmou, na última sexta-feira (7), já haver acordo para o projeto ser votado na quarta-feira (12), mas ainda não existe confirmação na agenda da Casa.

## Senado de Pacheco

No Senado, os parlamentares devem votar também nesta semana o projeto que regulamenta o uso da Inteligência Artificial (IA) no Brasil. O anúncio foi feito pelo relator da matéria na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA), senador Eduardo Gomes (PL-TO). Antes da votação, a proposta será discutida em sessão de debates temáticos.

O projeto é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pa-

checo (PSD-MG), com o principal objetivo de "desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de Inteligência Artificial no Brasil". Há poucos dias da votação da proposta, o Ministério Público Federal enviou à Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil da Casa Senado sugestões ao projeto para que a IA seja usada na prevenção, investigação, persecução e processo de crimes.

Existia a expectativa de que o relator da matéria apresentasse o relatório final na última quarta-feira (5), mas o senador não conseguiu cumprir o prazo. Apesar de não ter uma data para a votação do texto, a previsão é de que se cumpra o prazo esta semana.

## Enterrado em 2016, Lira revive projeto de delação premiada

Lula Marques/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

A semana começa movimentada na Câmara dos Deputados. O plenário da Casa deve votar em regime de urgência um projeto de lei que limita as delações premiadas, vetando a possibilidade do artifício para pessoas que já estão presas. O tema foi proposto em 2016 pelo ex-deputado federal Wadhi Damous (PT-RJ), que atualmente é Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e foi desenterrado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Os propósitos em torno da proposta de Damous em 2016 e o seu retorno agora são, obviamente, bem diferentes.

Na época em que o projeto foi proposto, a ideia de Wadhi Damous era tentar limitar as delações na Operação Lava Jato, na intenção de proteger colegas petistas. Naquele momento, avizinhava-se o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que aconteceu em dezembro daquele ano, e toda a evolução que acabou levando depois à condenação e prisão do atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci negociava uma delação premiada.

Agora, caso a medida seja aprovada no Congresso Nacional, a ideia é beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Nos próximos dias o ex-presidente deve ser indicado pelos casos envolvendo vendas de joias dadas de presente ao governo brasileiro e a fraude no cartão de vacinação contra a Covid-19. A maioria das acusações contra Bolsonaro, nesses casos e nos demais em que é investigado, decorrem da delação



Arthur Lira pode criar novos problemas para o governo

premiada do tenente-coronel Mauro Cid. O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro vem sendo a principal fonte contra o ex-presidente pelo sistema de delação premiada, que negociou após ser preso.

A delação premiada é um acordo entre o acusado e o Ministério Público, como representante do acusador. O acusado, na condição de delator, contribui com as investigações policiais ao abrir mão do seu direito ao silêncio e oferecer informações de conhecimento dele que possam ajudar na investigação do caso. A medida é usada como uma moeda de troca para oferecer uma vantagem ao delator, geralmente com redução de pena.

## Mudanças

Apesar de o projeto base ser o do PT, Arthur Lira destacou que, na verdade, o requerimento de urgência se refere à proposta do deputado federal Luciano Amaral (PV-AL), autor

de outro projeto sobre o tema, apresentado em 2023. O texto do conterrâneo de Lira segue a linha proposta por Wadhi Damous de vedar a delação quando o investigado está preso preventivamente, mas é menos abrangente do que a proposta do petista.

A proposta encaminhada por Luciano Amaral determina que a "recuperação total ou parcial" dos proveitos obtidos pela organização criminosa deixe de ser uma das razões pelas quais um acordo de colaboração possa ser firmado. Portanto, a delação passaria a ser um ato "voluntário".

E na avaliação do projeto de lei de Luciano Amaral, delações de pessoas que já estão presas não são enquadradas como atos "voluntários". Isso porque, para o projeto, não há espontânea vontade quando a pessoa está privada de liberdade já que o preso está em uma "situação de vulnerabilidade e desequilíbrio".

## Negociação

Juristas argumentam que, mesmo se o atual texto seja aprovado, ele não atingiria acordos já firmados com a polícia, como é o caso de Mauro Cid, tampouco anularia processos de delações premiadas com detentos anteriormente. No entanto, Arthur Lira anunciou que o texto pode ser alterado, vetando de fato possíveis alterações de Cid.

A proposta desenterrada induz a uma aliança entre Lira e o Centrão com o Partido Liberal (PL), a maior bancada da Câmara. Se efetivada essa aliança, Lira terá maior poder quanto ao parlamentar que irá sucedê-lo na presidência da Casa. Se essa aliança se efetivar, as chances do governo federal aprovar pautas de interesse do Executivo, que hoje já são complexas, serão muito baixas. Dessa forma, a votação do projeto será um instrumento de pressão para negociar com o governo, obrigando-o a ceder às eventuais exigências de Lira.

A proposta ainda deixa os representantes do governo no Congresso em uma "saia justa", visto que a ideia surgiu do próprio Partidos dos Trabalhadores para outro alvo. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), declarou que tentará negociar um adiamento da votação do projeto na Casa. No entanto, os líderes do governo demonstram-se divididos com a proposta.

Em entrevista à GloboNews, o ex-deputado Wadhi Damous criticou o momento em que Lira escolheu para pautar o projeto. "Eu defendo o mérito do projeto, mas não há cabimento emprestar regime de urgência. Qual é a urgência de um projeto que estava engavetado há quase 10 anos?", questionou o secretário do Consumidor.